



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL – VARA CÍVEL E CRIMINAL

<b>COMARCA</b>	CAMETÁ
<b>UNIDADE INSPECIONADA</b>	1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL
<b>COMPETÊNCIA DA UNIDADE ATO NORMATIVO</b>	CRIMINAL (JUÍZO SINGULAR, TRIBUNAL DO JURI, JCRIM E EXECUÇÃO PENAL).  CIVIL (ÓRFÃO, INTERDITOS E AUSENTES).  INFANCIA E JUVENTUDE.  PORTARIA 10/2018 GP.
<b>DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL</b>	02/04/2024 EDITAL 02/2024 CGJ
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE</b>	ROBERTA FREITAS NICOLAU – ASSESSORA  RODRIGO RIBEIRO CARNEIRO – DIRETOR DE SECRETARIA
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ</b>	TIARA GUEDES AIRES Analista Judiciário da CGJ ROSYMARY NEVES TEIXEIRA Analista Judiciário da CGJ





## **1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):**

### **Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, Juiz de Direito Titular desde 07/01/20220, conforme Portaria 090/2019 SJ de 19/12/2019.

### **1.1. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:**

- Férias: 20 dias no período de 07/01/2024 a 26/01/2024.
- Folgas compensatórias: prejudicado
- Licenças: prejudicado

### **1.2. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

No âmbito desta Corregedoria foram prestadas as seguintes informações pela Secretaria: "Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Cametá – 1ª Vara Cível e Criminal - TJPa", **não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação**; Informo ainda, que foi localizado **expedientes administrativos em andamento, a saber: PP 0000002955-11.2023.2.00.0814 (Sobrestado), PP 0000896-16.2024.2.00.0814 (Com manifestação para fazer conclusão) e CorOrd 0000398-17.2024.2.00.0814 (Prazo em curso para manifestação)**; Informo por derradeiro, que foi localizado em desfavor do magistrado titular da Vara, **Dr. Márcio Campos Barroso Rebello, expedientes disciplinares em tramitação, a saber: RD 0003589-24.2023.2.00.0000 (Conclusos)**.

Nos demais setores não foram identificadas pendências.

## **2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**

### **2.1. Quadro de pessoal:**

A **LOTAÇÃO PARADIGMA** da unidade é de **06 SERVIDORES**, conforme Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades de 1º Grau – TPL 1 da Secretaria de Gestão de Pessoas (anexo). Conforme informações coletadas do Sistema IGP (disponível no portal interno do TJPA), a 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá conta com **08 servidores efetivos, 01 exclusivamente comissionado e 05 requisitados da prefeitura**, totalizando **14**, distribuídos entre Secretaria e Gabinete.

#### **2.1.1 Secretaria**

	<b>Quantitativo</b>
<b>Efetivos (as)</b>	<b>04</b>
<b>Exclusivamente comissionado</b>	<b>00</b>
<b>Cedidos(as)/Requisitados(as)</b>	<b>06</b>
<b>Estagiários/as</b>	<b>01</b>
<b>Terceirizados/as</b>	<b>00</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome  Local de trabalho  Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

1ª Vara Cumulativa da Comarca de Cameta

SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação 1ª Vara Cumulativa da Comarca de Cameta  
Gestor(a) Rodrigo Ribeiro Carneiro  
Localização FORUM DES. MANOEL DE CACELLA ALVES  
Telefones (91) 3781-1744  
E-mail Institucional  
Juiz Titular Marcio Campos Barroso Rebello

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Antonio Roberto Lobato Pereira	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Bruna Edwírges Cunha Boulhosa	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Denilton Muniz Pinto	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Jessica Lima Trindade	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Jinivaldo Costa Oliveira	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Fundamental	Normal
Marcio Campos Barroso Rebello	Magistrados	Diretor do Forum de Cameta	Normal
Maria Estela Lopes dos Santos	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Maria Josiane Rodrigues da Silva	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Maria Rosicleia Arnaud da Silva	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Rodrigo Ribeiro Carneiro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Shirlene Alves Pereira	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Vanielson de Jesus Ramos dos Prazeres	Estagiario	Estagiario	Normal

## 2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	04
Exclusivamente comissionado	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários(as)	00
Terceirizados(as)	00

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome  Local de trabalho  Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

Gabinete da 1ª Vara Cumulativa da Comarca de Cameta

SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação Gabinete da 1ª Vara Cumulativa da Comarca de Cameta  
Localização FORUM DES. MANOEL DE CACELLA ALVES  
Telefones (91) 3781-1744  
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Cassio Egon Rodrigues Itaparica	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Diana Carla Cristovao de Almeida	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Giovana Novaes Macedo	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Roberta Freitas Nicolau	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

## Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ



10

Servidores em Secretaria

4

Servidores em Gabinete

0

Servidores Afastados



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TLP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau e Segundo Grau  
2º Semestre - 2023

Grau	Tipo	Unidade	UF	Município (IBGE)	LP - Lotação Paradigma	EFETIVOS LR_Efet	INGRESSARAM LR_I	SERVIDORES SEM VÍNCULO APENAS COM CARGO EM COMISSÃO LR_SV	QUANTIDADE DE SERVIDORES EM DEZEMBRO DE 2023								TOTAL DE EFETIVOS EM CARGO DE COMISSÃO	EFETIVOS COM FUNÇÃO DE CONFIANÇA		TOTAL DE EFETIVOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA	
									EFETIVOS COM CARGO EM COMISSÃO - CC									FG1	FG2		
									CIS1	CIS2	CIS3	CIS4	CIS5	CIS6	CIS7	CIS8					
*Primeiro	Vara	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	PA	1501501	4	4	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	PA	1501501	4	5	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	PA	1501501	4	4	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	VARA CRIMINAL DE BENEVIDES	PA	1501501	6	7	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	VARA ÚNICA DE BONITO	PA	1501600	4	3	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA	PA	1501709	6	6	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA	PA	1501709	6	7	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA	PA	1501709	9	10	2	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO	PA	1501725	4	3	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	VARA ÚNICA DE BREU BRANCO	PA	1501782	12	8	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES	PA	1501808	7	5	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES	PA	1501808	6	4	2	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	TERMO DE BAGRE	PA	1501808	4	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
*Primeiro	Vara	VARA ÚNICA DE BUJARU	PA	1501907	4	4	2	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARI	PA	1502004	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
*Primeiro	Vara	VARA ÚNICA DE BENEVIDES DO VILA	PA	1502084	7	7	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ	PA	1502103	6	7	5	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ	PA	1502103	13	7	3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
*Primeiro	Vara	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS	PA	1502152	6	3	4	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0

## 2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

O Diretor informou que o acompanhamento é feito diariamente pela Secretaria através do painel de gestão judiciária e ao final do mês o magistrado verifica se os servidores cumpriram as tarefas que lhe foram atribuídas no plano de ação da vara e se atingiram os resultados esperados.

**Observações CGJ:** A unidade apresentou o plano de ação para 2024 (Anexo I). **Ressalta-se** a constante necessidade de acompanhamento da execução do plano, a fim de avaliar se ações que estão sendo desenvolvidas estão aproximando a unidade de atingir os objetivos traçados, e, caso necessário, sejam realizadas as alterações devidas no planejamento, pois essa conduta gera otimização de tempo e trabalho. **O acompanhamento da unidade e resultados do plano de ação em andamento será realizado por este censório através da Correição Ordinária 0000398-17.2024.2.00.0814 (Ref. 2023).**

## 2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

Segue informações abaixo dos servidores que realizaram os cursos, o que será levado em consideração no momento da avaliação de desempenho.

Nome do(a) servidor(a)	Curso	Data de realização
Antônio Roberto Lobato Pereira	Estrutura, Organização e Funcionamento das Varas Criminais	20/03/2024
Maria Josiane Rodrigues da Silva	SNGB: Capacitação para Utilização	26/03/2024
	SNGB: Capacitação para Utilização	26/03/2024
Jéssica Lima Trindade	SNGB: Capacitação para Utilização	26/03/2023
	Fluxo do PJE Criminal	26/03/2024
Maria Rosicleia Arnaud da Silva	SNGB: Capacitação para Utilização	22/03/2024
	Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Jurídico	21/03/2024
	Estrutura, Organização e Funcionamento das Varas Criminais	22/03/2024
Rodrigo Ribeiro Carneiro	Teletrabalho	11/09/2023
	SNGB: Capacitação para Utilização	26/03/2024
	Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Jurídico	25/03/2024
Jinivaldo Costa Oliveira	Estrutura, Organização e Funcionamento das Varas Criminais	22/03/2024
	Treinamento: PJE na Prática - Turma 23: Remessas	16/10/2023
	Treinamento PJE na Prática - Turma 29: Cadastro, Disponibilidade e Designação de Perícia	08/11/2023
	Treinamento PJE na Prática - Turma 30: Arquivar, Suspensão, Apensar/ Desapensar, Sobrestamento/Redistribuição	09/11/2023.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Observações CGJ:** Os cursos de Formação Continuada são fundamentais para aprimorar os trabalhos na unidade judicial. Assim, RECOMENDA-SE aos servidores(as) que realizem os cursos promovidos e disponibilizados no site da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará e aos gestores que, por ocasião da avaliação de desempenho do servidor (Item 6 do relatório avaliativo - Qualificação Profissional), seja solicitada a comprovação da participação em cursos de atualização (mínimo de 60 hora/aula) e de aperfeiçoamento (mínimo de 120 hora/aula).

### **3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

Os pleitos feitos na correição extraordinária realizada em 2019 foram todos atendidos e na última correição ordinária não foram feitos pleitos administrativos para resolução de problemas estruturais identificados tanto da vara quanto do gabinete.

### **4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

#### **4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:**

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 25/03/2024.

<b>Dados processuais</b>	<b>Total no período da extração dos dados</b>	<b>Total na data Inspeção 02.04.2024</b>
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	1.966	<b>1.951</b>
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	216	<b>228</b>
Total do acervo com prioridade	329	<b>335</b>
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	00	<b>01</b>
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	00	<b>00</b>
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a)	67	<b>75</b>
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a) <b>há mais de 100 dias</b>	00	<b>00</b>
Total de processo <b>conclusos</b> para o(a) magistrado <b>há mais de 100 dias</b> envolvendo <b>prioridade legal</b>	00	<b>00</b>

#### **4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:**

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: janeiro/fevereiro/março



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	462
Total de processos julgados	358
Total de processos baixados definitivamente do acervo	310

#### 4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: janeiro/fevereiro/março

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	449
Despachos	209
Sentenças com resolução de mérito	249
Sentenças sem resolução de mérito	98
Audiências realizadas	89



Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

AMBIENTE DE RELATÓRIOS

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS
MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO	212	456	357	12	
JOSE MATIAS SANTANA DIAS	22	87	1		
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>543</b>	<b>358</b>	<b>12</b>	

#### 4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

A unidade informou que realiza o acompanhamento diariamente através da planilha de processos extraída do Gestão Judiciária.

**OBS CGJ.:** Registra-se que, na data da Inspeção, havia 16 processos paralisados há mais de 100 dias (o que corresponde a 0,82% do acervo da unidade judiciária), nenhum de prioridade legal.

#### 5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:

Print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



### 5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

A unidade informou que a Meta 01 já foi cumprida, conforme print do Painel de Metas Nacionais.

**Observações CGJ:** Em que pese o Painel de Metas Nacionais indique o cumprimento da Meta 01, é importante ressaltar que o grau de cumprimento da meta é **variável**, sendo **imprescindível o monitoramento da entrada de casos** novos através do Painel de Gestão Judiciária, a fim de que mensalmente sejam **julgados, no mínimo, mais processos do que a entrada de feitos do mês anterior**.

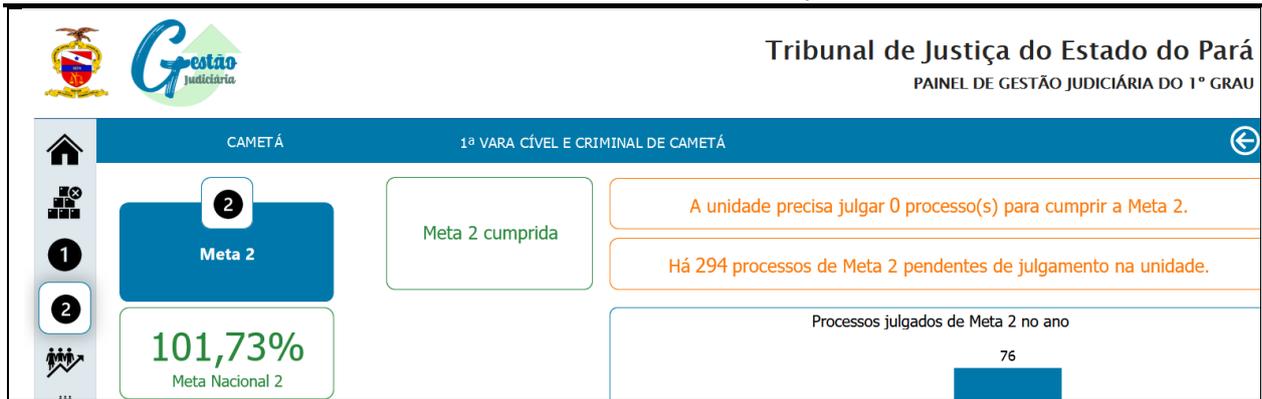
### 5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos? (gestão judiciária)

**Meta 02 já cumprida para 2024. Havia 18 processos no acervo da meta 2 aguardando julgamento há mais de 10 anos.**

**Observações CGJ:** Não obstante a Meta 2 esteja cumprida, ainda há **294 processos de Meta 2 pendentes de julgamento** na unidade. RECOMENDA-SE baixar a planilha de processos do Meta 2 disponível no Gestão Judiciária e realizar a triagem dos processos que estão na fase de julgamento e dos que ainda estão na fase de instrução, necessitando de atos de saneamento e/ou audiência. Após deverá ultimar o julgamento em 30 dias e realizar os atos de saneamento em, **no máximo 45 dias, preparando o processo para julgamento**.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



**5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?**

- META 4 – Meta cumprida.
- META 8 – FEM – Meta cumprida
- META 8 – VDM - 06 processos precisam ser julgados.
- META 10 – Meta cumprida.
- META 11 – 4 processos precisam ser julgados.

**5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?**

- Percentual TCL em 01.01.2024: 52,09%.
- Percentual TCL data da inspeção: **50,19%**



**APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão**



### responsável pelo julgamento?

A unidade informou que não havia processos aguardando julgamento de precedentes.

**Observações CGJ:** Em consulta ao Painel de Gestão Judiciária, **não foram encontrados processos suspensos por IRDR.** RECOMENDA-SE que havendo decisão de suspensão por IRDR, a mesma seja cadastrada pelo Gabinete com algum **movimento** específico **do código 12098**, bem como seja realizado o controle dos processos suspensos pela Secretaria, identificando-os com **ETIQUETA específica por TEMA**, a fim de que ocorrendo o julgamento pelas Cortes Superiores promova o imediato levantamento da suspensão, devendo para tanto utilizar um dos **movimentos específicos do código 14985.**

### 5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

Nenhum.

### 5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

Unidade não informou, justificando que não houve casos dessa natureza.

**Observações CGJ:** Recomenda-se que havendo casos dessa natureza e ocorrendo o julgamento pelas Cortes Superiores a unidade promova o levantamento da suspensão no prazo de 48 horas.

### 5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Não.

### 5.9. Nos processos suspensos em razão de estarem aguardando julgamento de precedente são lançadas etiquetas com identificação do tema e órgão responsável?

A unidade informou que não tem processo nessa situação, mas havendo irão etiquetar.

### 5.10. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

Não havia processo nessa situação.

### 5.11. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

São observadas as comunicações feitas pelo NUGEPNAC via e-mail, através de Ofícios Circulares.

## INFÂNCIA E JUVENTUDE

### 5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nenhuma.

**OBS CGJ.:** As medidas socioeducativas de internação e semiliberdade são acompanhadas pelas Varas da Infância e Juventude da Capital, conforme Resolução 019/2014-GP, art. 1º, I E II.

**5.13. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?**

Nos últimos 6 meses, foram realizadas **apenas duas audiências concentradas**. A primeira em 30/01/2024 e a segunda no dia 26/03/2024. A unidade judiciária justificou o número em razão da pouca quantidade de acolhimentos na comarca de Cametá.

**5.14. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024)**

Não Comarca de Cametá não há nenhum Programa ou Projeto com a finalidade acima mencionada.

**Observações CGJ:** Recomenda-se ao magistrado realizar reunião com a rede de apoio da infância e juventude no sentido de desenvolver Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional.

## REGISTROS PÚBLICOS

**5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

A vara não possui competência em registros públicos.

**5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

Prejudicado, unidade não possui competência sobre registros públicos.

**5.17. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

Prejudicado, unidade não possui competência sobre registros públicos.

**5.18. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)**

Prejudicado, unidade não possui competência sobre registros públicos.



## RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.19. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

A vara não tem competência em Recuperação Judicial / Falência.

## CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL

5.20. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1182 pelo Supremo Tribunal Federal?

A vara não tem competência em execução fiscal.

## AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.21. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

A vara não tem competência em matéria ambiental.

## COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.22. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Não há nenhum termo de cooperação jurisdicional na Comarca.

## 6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

A unidade informou que ao receber a informação sobre a localização do réu ou qualquer outra diligência tendente a movimentar o processo, os autos são retirados da condição de suspenso/sobrestamento antes do movimento de julgamento/baixa processual.

**Observações da CGJ:** Por amostragem, a equipe da Corregedoria analisou os



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

processos abaixo relacionados, que comprovam que a unidade **observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ.**

- Processo nº 0000741-23.2012.814.0012 – migrado do LIBRA – suspenso - aguardado a prisão do réu;
- Processo nº 0005619-78.2018.814.0012 – migrado do LIBRA – suspenso - aguardado a prisão do réu;
- Processo nº 0006552-23.2012.814.0012 – migrado do LIBRA – suspenso - aguardado a prisão do réu.

**6.2. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)**

A unidade informou que os bens apreendidos vinculados aos processos em tramitação estão cadastrados no SNBA, havendo bens pendentes de destinação. A Secretaria está finalizando a destinação dos bens cadastrados no SNBA dos processos que já foram arquivados e, após, irá cadastrar no SNGB aqueles referentes aos processos que ainda se encontram em tramitação na Vara. Os servidores da unidade realizaram cursos de capacitação do SBNG, conforme mencionado no item 2.3 deste relatório.

**Observações da CGJ:** Em consulta ao **SNBA**, verificou-se **14 bens** cadastrados com destinação “a definir”.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Bens Apreendidos

Usuário: TIARA GUEDES AIR

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato

[Manual](#) [Voltar](#) [Sa](#)

### Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

:

1º GRAU - TJPA

Comarca:

CAMETA

Varas e Juizados Estaduais:

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem:

A Definir

Descrição  
Complementar  
do Bem:

[Pesquisar](#) [Imprimir](#) [Imprimir Detalhado](#)

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Moeda em Espécie	REAL	1	242,00	00006439120198140012
Moeda em Espécie	REAL	42	42,00	00029420720208140012
Moeda em Espécie	REAL	170	170,00	00049427720208140012
Moeda em Espécie	REAL	10	10,00	00055455320208140012
Moeda em Espécie	REAL	16	16,00	00061621320208140012
Moeda em Espécie	REAL	1	71,20	00096227620188140012
Moeda em Espécie	REAL	1	254,00	00099677620178140012
Moeda em Espécie	REAL	1	179,00	00102085020178140012
Moeda em Espécie	REAL	1	92,50	00102292620178140012
Moeda em Espécie	REAL	1	17,00	00119700420178140012
Moeda em Espécie	REAL	1	32,00	08004118020188140012
Moeda em Espécie	REAL	9	52,00	08004980220198140012
Moeda em Espécie	REAL	1	45,00	08008661120198140012
Moeda em Espécie	REAL	20	20,00	08009423520198140012

Número de registros: 14

Página 1 de 1

**OBS CGJ.:** O magistrado deverá observar as determinações contidas no Provimento Conjunto nº 002/2021- CJRMB/CJCI, alterado pelo provimento 03/2022-CGJ, quanto à **destinação dos bens apreendidos**.

Ressalta-se que, conforme **ofício circular 016/2023-CGJ**, os bens apreendidos devem ser devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Gestão de Bens - SNGB (Res. 483/2022 CNJ), com a vinculação aos respectivos procedimentos e processos judiciais, ainda que fisicamente sob guarda da Polícia Judiciária.



Moeda em Espécie

Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
REAL	1	242,00	00006439120198140012
REAL	42	42,00	00029420720208140012
REAL	170	170,00	00049427720208140012
REAL	10	10,00	00055455320208140012
REAL	16	16,00	00061621320208140012
REAL	1	71,20	00096227620188140012
REAL	1	254,00	00099677620178140012
REAL	1	179,00	00102085020178140012
REAL	1	92,50	00102292620178140012
REAL	1	17,00	00119700420178140012
REAL	1	32,00	08004118020188140012
REAL	9	52,00	08004980220198140012
REAL	1	45,00	08008661120198140012
REAL	20	20,00	08009423520198140012

Valor total dos bens cadastrados: R\$ 1.242,7

um mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta centavos

**6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)**

A unidade informou que SIM.

**Observações da CGJ:** Conforme listagem disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD), há 73 processos pendentes de saneamento.

**6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?**

A unidade informou que no momento em que as comunicações vão ser expedidas é realizada uma verificação se os dados cadastrais estão de acordo com as últimas informações constantes nos autos. Essa regularização também é realizada durante a análise dos agrupadores, o que é feito diariamente.

**6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?**

Na data da Inspeção, havia 38 petições avulsas não lidas.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**OBS. CGJ:** Durante a inspeção foi demonstrado a importância da utilização dos agrupadores como ferramenta de controle de entrada de petições, habilitações e demais documentos que ingressam na unidade, uma vez que o agrupadores é a porta de entrada de todas as comunicações externas realizadas via PJe com a unidade. RECOMENDA-SE a leitura diária dos agrupadores para conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos oficias de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção, devendo após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, ser retirado de destaque dos agrupadores, haja vista que a saída não é automática.

### 6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Prejudicado, em razão da competência da vara.

### 6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Nenhum.

### 6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Nenhum, conforme print abaixo.

O print de tela mostra o sistema de gestão judiciária. No topo, há o logotipo do TJPA e o título "Tribunal de Justiça do Estado do Pará - PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU". Abaixo, o usuário está logado como "Rodrigo Carneiro" na "1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ".

À esquerda, há um menu lateral com ícones para navegação. O painel principal exibe uma "Lista de processos paralisados há mais de 100 dias" com uma tabela vazia. À esquerda da tabela, há cartões de estatísticas:

- PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias
- 0,00% Paralisados +100 dias
- 0 Acervo Paralisado
- 1.952 Acervo Ativo

À direita da tabela, há filtros para aplicar a lista:

- Em Gabinete (S: sim; N: não) - Todos
- Gratuidade (S: sim; N: não) - Todos
- Sigilo (S: sim; N: não) - Todos
- Juízo 100% Digital (S: sim; N: não) - Todos
- Prioridade (S: sim; N: não) - Todos
- Número do processo - Todos

### 6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade.

O print de tela mostra a interface do sistema de gestão judiciária. No topo, há o logotipo do TJPA e o nome do usuário "Rodrigo Carneiro".

À esquerda, há um menu lateral com ícones para navegação. O painel principal exibe a barra de tarefas da secretaria da unidade, com os seguintes itens:

- Assinaturas: Ato Ordinatório (1)
- Minhas tarefas: Nenhum resultado
- Tarefas: Lista de tarefas com contagem de itens.

Tarefa	Contagem
Aavaliar ato proferido de julgamento	1
Aguardando apreciação em regime de plantão	2
Aguardando apreciação pela instância superior	7
Aguardando o pagamento de custas iniciais	1
Aguardando publicação no DJEN	10
Aguardar realização de audiência	6
Analisar manifestação parcial	6
Arquivo provisório	5
Avalliar ato proferido de decisão	4
Avalliar ato proferido de despacho	4
Avalliar decisão sobre justiça gratuita	1
Avalliar expedição de documento	1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

**7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

Sim, conforme imagens abaixo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ



PROCESSO:0800666-62.2023.8.14.0012

ASSUNTO:[Estupro]

RÉU:EDSON PEREIRA BASTOS

MANDADO DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO: Nome: EDSON PEREIRA BASTOS  
Endereço: BR 422, QD 01, 14, Conjunto Caamutá, CAMETÁ - PA - CEP: 68400-000

De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá, Dr. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, determino ao Sr. Oficial de Justiça do Juízo ao qual o presente mandado for distribuído que em cumprimento deste:

**FINALIDADE:** CITAR o/a(os/as) denunciado/a(os/as) acima qualificado(s), para, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentar(em) sua **DEFESA PRÉVIA/RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO**, na qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, **INCLUSIVE MANIFESTAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELO CRIME (ART. 91, I DO CÓDIGO PENAL)**, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas até o número de 08 (oito), qualificando-as e requerendo que elas sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP).

**DEVE** o Sr. Oficial de Justiça, inquirir o(s) denunciado(s) se pretende(m) constituir advogado particular, declinando o nome e os dados de contato (telefone, endereço, número da OAB), devendo o Oficial de Justiça fazer constar de sua certidão tais dados fornecidos pelo(s) réu(s) ou se deseja(m) o patrocínio da Defensoria Pública.

**CUMPRA-SE na forma da Lei.** Secretaria da 1ª VCC de Cametá, data e hora da assinatura eletrônica.

(assinatura eletrônica)  
RODRIGO RIBEIRO CARNEIRO  
Auxiliar Judiciário da 1ª VCC de Cametá



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE CAMETÁ



ATO ORDINATÓRIO

PROCESSO: 0800666-62.2023.8.14.0012

ASSUNTO: [Estupro]

DENUNCIADO(S): EDSON PEREIRA BASTOS

DESTINATÁRIO(S): {processoTrfHome.processoParteEnderecoPoloPassivoStr}

De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª VCC de Cametá, Dr. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, nos termos do provimento 006/2009 CJCI, que determina a prática de atos pelo Diretor de Secretaria, com a finalidade de impulsionar a marcha processual, determino ao Oficial de Justiça deste juízo, que em cumprimento deste:

**FINALIDADE:** CITAR o(a) denunciado(a): **EDSON PEREIRA BASTOS**, já qualificado(a) na denúncia, residente e domiciliado no(s) endereço(s) informado(s) acima, para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar(em) **RESPOSTA À ACUSAÇÃO**, na qual poderá(ão) arguir(em) preliminarmente e alegar(em) tudo que interesse à(s) sua(s) defesa(s), **INCLUSIVE MANIFESTAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELO CRIME (ART. 91, I DO CÓDIGO PENAL)**, oferecer(em) documentos e justificações, especificar(em) as provas que pretende(m) produzir e arrolar(em) testemunhas, qualificando-as.

**DEVE** o Oficial de Justiça, inquirir o(s) denunciado(s) se pretende(m) constituir advogado particular, declinando o nome, devendo constar na certidão os dados fornecidos pelo(s) denunciado(s) ou se deseja(m) o patrocínio da Defensoria Pública.

**CUMPRA-SE na forma da lei.** Secretaria da 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá-PA, data e hora da assinatura eletrônica.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO.

Assinatura Eletrônica  
RODRIGO RIBEIRO CARNEIRO  
Diretor de Secretaria da 1ª VCC de Cametá



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Observações da CGJ:** Apesar da unidade judiciária utilizar modelos alguns padronizados, **com utilização de algumas variáveis, verificou-se durante a Inspeção que não consta data de audiência, endereço e outras o que acaba manualizando o trabalho de expedição de mandados. Para automatizar a expedição de mandados é fundamental que sejam cadastrados apenas um modelo para cada finalidade e seja utilizado o mesmo modelo por todos os servidores, devendo constar variável em todas as informações que possam variar no documento de um processo para outro.**

RECOMENDA-SE a padronização de modelos dos mandados e demais documentos expedidos pela Secretaria (ofícios, certidões, etc) **cadastrados no PJe com a utilização de variáveis**, evitando-se a utilização de modelos diversos para o mesmo ato a fim de dar celeridade a prática dos atos processuais de secretaria.

**7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.**

A unidade informou **138 mandados pendentes de devolução**, conforme **listagem abaixo**:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



OFICIAL FORTUNATO

00021161520198140012	FORTUNATO 09/03/2024
00014011720128140012	FORTUNATO 29/09/2022
00037622620208140012	FORTUNATO 31/01/2023
00039631820208140012	FORTUNATO 03/07/2023
00047436020178140012	FORTUNATO 17/10/2022
00048737920198140012	FORTUNATO 28/11/2022
00052739320198140012	FORTUNATO 21/11/2022
00070779620198140012	FORTUNATO 17/10/2022
00082730420198140012	FORTUNATO 04/10/2022
00084070220178140012	FORTUNATO 09/02/2023
00090932320198140012	FORTUNATO 19/10/2022
00101821820188140012	FORTUNATO 03/03/2023
00126508620178140012	FORTUNATO 19/10/2022
00137308520178140012	FORTUNATO 30/11/2022
00003676520168140012	FORTUNATO 24/11/2024
00014306220158140012	FORTUNATO 03/20/2023
00026632120208140012	FORTUNATO 12/06/2022
00028791620198140012	FORTUNATO 07/11/2023
00038925020198140012	FORTUNATO 12/06/2023
00039959120188140012	FORTUNATO 12/06/2022
00052822120208140012	FORTUNATO 16/10/2023
00054624220178140012	FORTUNATO 07/11/2023
00056035620208140012	FORTUNATO 16/10/2023
00057545620198140012	FORTUNATO 20/10/2022
00068362520198140012	FORTUNATO 16/02/2023
00075334620198140012	FORTUNATO 06/10/2022
00082710520178140012	FORTUNATO 27/09/2023
00092489420178140012	FORTUNATO 11/07/2022
00108782520168140012	FORTUNATO 17/02/2023
00120624520188140012	FORTUNATO 29/11/2023
00120823620188140012	FORTUNATO 23/02/2023
00120832120188140012	FORTUNATO 16/10/2023
00010627720208140012	FORTUNATO 10/01/2024
00015333020198140012	FORTUNATO 21/02/2024
00023436820208140012	FORTUNATO 21/11/2022
00039794020188140012	FORTUNATO 11/12/2023
00092551820198140012	FORTUNATO 29/02/2024 ESTÁ NO PRAZO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

08020919520218140012 FORTUNATO 23/09/2022

08022036420218140012 FORTUNATO 29/02/2024  
08001086120218140012 FORTUNATO 08/08/2023  
08017922120218140012 FORTUNATO 14/11/2024  
08027077020218140012 FORTUNATO 23/09/2022  
08001233020218140012 FORTUNATO 04/08/2023  
08015263420218140012 FORTUNATO 27/02/2024  
08006351320218140012 FORTUNATO 14/02/2023  
08000600520218140012 FORTUNATO 26/02/2024  
08008915320218140012 FORTUNATO 21/02/2024  
08013392620218140012 FORTUNATO 21/02/2024  
08016796720218140012 FORTUNATO 30/11/2022  
08024010420218140012 FORTUNATO 24/11/2022  
08016380320218140012 FORTUNATO 13/06/2023

08013696120218140012 FORTUNATO 14/12/2023  
08022616720218140012 FORTUNATO 13/06/2023  
08001874020218140012 FORTUNATO 30/01/2024  
08019160420218140012 FORTUNATO 30/01/2024

08017723020218140012 Fortunato 17/02/2023

08003208220218140012 Fortunato 30/08/2022

08001830320218140012 Fortunato 01/12/2022

08006724020218140012 Luciano 12/12/2022

08003216720218140012 Fortunato 03/03/2024

08008439420218140012 Fortunato 26/10/2023

08007884620218140012 Luciano 20.04.2022

08001691920218140012 Fortunato 12/12/2022

08021680720218140012 Luciano 19.12.2022

08013591720218140012 Fortunato 28/11/2022

08015757520218140012 Fortunato 11/07/2022

08005632620218140012 Fortunato 03/03/2022

08003415820218140012 Fortunato 07/11/2022

08026920420218140012 Luciano 10/01/2023

08007218120218140012 Luciano 19/10/2021

08007165920218140012 Fortunato 14/09/2023

08006585620218140012 Fortunato 31/05/2022



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



OFICIAL LUCIANO

00092416820188140012	LUCIANO 30/11/2022
00002417320208140012	LUCIANO 19/01/2023
00002824020208140012	LUCIANO 30/11/2022
00007466420208140012	LUCIANO 16/02/2023 - MINUTAR
00036806320188140012	LUCINO 13/06/2023
00056405420188140012	LUCIANO 15/02/2023
00056731020198140012	LUCIANO 29/04/2021
00065556920198140012	LUCIANO 21/10/2022
00067014720188140012	LUCIANO 15/02/2023
00119501320178140012	LUCIANO 14/10/2022
01176452420158140012	LUCIANO 13/06/2023
00019525020198140012	LUCIANO 27/10/2022
00011277220208140012	LUCIANO 16/02/2023
00018863620208140012	LUCIANO 25/11/2022
00025827220208140012	LUCIANO 18/10/2022
00028027020208140012	LUCIANO 29/09/2022
00031638720208140012	LUCIANO 19/10/2022
00035131220198140012	LUCIANO 19/10/2022
00039768520188140012	LUCIANO 18/10/2022
00041730620198140012	LUCIANO 16/02/2023
00043948620198140012	LUCIANO 19/10/2022
00045949320198140012	LUCIANO 18/10/2022
00045957820198140012	LUCIANO 19/10/2022
00046367920188140012	LUCIANO 19/10/2022 FALAR COM A ROBERTA
00046647620208140012	LUCIANO 19/10/2022 - FALAR COM A ROBERTA
00058532620198140012	LUCIANO 19/10/2022
00064335620198140012	LUCIANO 15/02/2023
00066734520198140012	LUCIANO 30/11/2022
00075732820198140012	LUCIANO 25/10/2022
00076368720188140012	LUCIANO 18/11/2022
00076547420198140012	LUCIANO 04/07/2023
00085392520188140012	LUCIANO 06/02/2023
00090416120188140012	LUCIANO 18/01/2023
00098277620168140012	LUCIANO 17/11/2022
00100952820198140012	LUCIANO 03/10/2022
00696683620158140012	LUCIANO 08/02/2023
00028168820198140012	LUCIANO 07/03/2023 ESTÁ NO PRAZO
00069133420198140012	LUCIANO 04/03/2024 ESTÁ NO PRAZO
00071930520198140012	LUCIANO 05/10/2022
00036806320188140012	LUCINO 13/06/2023



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

08024799520218140012 LUCIANO 21/06/2023  
08010846820218140012 LUCIANO 21/06/2023  
08014475520218140012 LUCIANO 12/12/2022  
08020148620218140012 LUCIANO 24/11/2022  
08012994420218140012 LUCIANO 11/07/2022  
08005823220218140012 LUCIANO 09/02/2022  
08002766320218140012 LUCIANO 30/11/2022  
08021525320218140012 LUCIANO 17/05/2023  
08016398520218140012 LUCIANO 08/11/2022

00004893920208140012	Of. Luciano Cit.
00007100320128140012	Of. Luciano Not.
00008627020208140012	Of. Luciano Cit.
00021741820198140012	Of. Luciano Cit.
00022824720198140012	Of. Luciano Cit.
00029031020208140012	Of. Luciano int
00038229620208140012	Of Luciano Cit
00039549020198140012	OF Luciano Not
00051627520208140012	Of Luciano Cit
00060207720188140012	Of Luciano Cit
00064653220178140012	Of. Luciano intim
00069730720198140012	Of Luciano Not.
00069939520198140012	Of Luciano Cit
00077343820198140012	Of Luciano Notif
00097133520198140012	OF Fortunato cit
00097332620198140012	Of Luciano Cit
00101813320188140012	OF Luciano Cit
00376522920158140012	OF. Fortunato Cit
00028234620208140012	Of. Luciano Cit.

**OBS CGJ.:** Em reunião com os oficiais de justiça de Cametá, verificou-se que há um grande número de mandados pendentes de cumprimento, em razão do acúmulo de mandados quando havia apenas dois oficiais lotados na comarca. Com a nomeação de dois novos oficiais a distribuição ficou mais equânime, porém há um passivo que necessita ser resolvido e regularizado. Foi acordado durante a inspeção que os oficiais de justiça cumpririam os mandados atrasados e que a secretaria no caso de notificação para cobrança de mandados, **não expediria outro mandado para cobrar a devolução dos mandados pendentes, pois acaba gerando retrabalho e uma enorme quantidade de expedientes com a mesma finalidade.**

### 7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

A unidade informou que encaminha os mandados com **40 dias de antecedência**, conforme o **Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI**.

**OBS CGJ.:** Em reunião com os oficiais de justiça de Cametá, restou esclarecido por estes que muitas vezes o número de mandados urgentes acarreta um atraso na devolução dos mandados não urgentes pelos oficiais, por não ter tempo hábil para cumprimento. A Secretaria da 1ª Vara de Cametá foi orientada sobre a necessidade de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

respeitar as regras do Provimento para expedição de mandado urgente. Outra questão apontada foi a extensão da zona rural de Cametá, o que acaba por atrasar os cumprimentos haja vista ser de difícil acesso. A Secretaria foi orientada a respeitar o prazo mínimo de **60 dias** (art. 9º, VI, do Provimento 009/2019) para encaminhar o mandado para cumprimento em zonas rurais de difícil acesso à central de mandados.

**7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)**

Na condição de juízo deprecante, não havia processos aguardando o cumprimento de cartas precatórias há mais de 03 meses.  
A secretaria possui um servidor para controlar os prazos das cartas, e em caso de demora no cumprimento, solicita a devolução através do malote digital, e-mail ou balcão virtual, e vem sendo atendido nas demandas.

**7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).**

Sim. Informou 06 processos nessa condição:  
Processo nº 0800770-20.2024.8140012 - Data da distribuição: 18/08/2022.  
Processo nº 0803487-73.2022.8140012 - Data da distribuição: 02/03/2023.  
Processo nº 0800452-71.2023.8140012 - Data da distribuição: 02/03/2023.  
Processo nº 0801080-60.2023.8140012 - Data da distribuição: 10/05/2023.  
Processo nº 0800674-05.2024.8140012 - Data da distribuição: 14/03/2024.  
Processo nº 0800616-02.2024.8140012 - Data da distribuição: 06/03/2023.  
  
Justificou que a demora ocorre em decorrência da não devolução do mandado por parte do oficial de justiça.

**8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

**44** audiências.

**8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?**

As audiências são cadastradas em duas fases distintas. Assim que a decisão de designação é emitida, o gabinete as cadastra na agenda eletrônica compartilhada pelo Teams. Após, no momento de cumprir o ato decisório, a secretaria faz o cadastro no sistema PJE. As nomenclaturas mais utilizadas no sistema são “audiência de instrução e julgamento”, “audiência concentrada” e “Sessão do Tribunal do Júri”.

**8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?**

**29/04/2025.**

**8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Informações da unidade: O Magistrado estabelece o critério cronológico de produção das sentenças, decisões e despachos, de modo que, as mais antigas a entrarem nas caixas são produzidas primeiro. Sendo assim, dificilmente, um processo fica mais de 30 dias na caixa. E, especificamente em relação a réus presos, o gabinete busca um prazo máximo de resolução da demanda de uma a duas semanas, a depender da complexidade.

**Observações da CGJ:** Não havia processo com prioridade paralisado há mais de 100 dias em gabinete.

**8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?**

De acordo com o plano de ação (documento 01 anexo) para o cumprimento da meta referente ao PAPJ, o magistrado estabeleceu que o gabinete deverá sentenciar, no **mínimo, 330 sentenças** no prazo de 3 meses. Em relação aos despachos e decisões, os autos não ficam conclusos com prazo superior a 30 dias sem serem diligenciados, portanto, não há como quantificar um número exato, haja vista que o gabinete trabalha com fluxo contínuo de despachos e decisões.

**8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?**

Não se aplica, em razão da competência.

**8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?**

Não se aplica, em razão da competência.

**8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).**

A Corregedoria não identificou processos nessa condição. Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos: 0011051-15.2017.8.14.0012; 0800051-77.2020.814.0012; 0803119-64.2022.8.14.0012; 0800749-44.2024.8.14.0012 e 0802932-22.2023.8.14.0012.

**8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).**

SIM. Análise de processos por amostragem realizada pela equipe da Corregedoria:

1) Processo nº **0801958-19.2022.814.0012** (Classe: Boletim de Ocorrência Circunstanciada (**não foi feita a correção de classe para processo de apuração de ato infracional**) – **ESTUPRO DE VULNERÁVEL - DECISÃO id 97523096** prolatada em **27/07/2023** designando audiência para **04/07/2024**)

2) Processo nº **0801737-81.2022.8.14.0012** - **processo de apuração de ato infracional – TRÁFICO DE DROGAS – DECISÃO (id 98076599)** prolatada em **03/08/23** designando audiência para o dia **11/07/2024**;

3) Processo nº **0800051-77.2020.814.0012** – **ADOÇÃO** - Decisão (id 10097569 –



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

prolatada em **21/09/2023** – designando audiência para o dia **03/09/2024**.

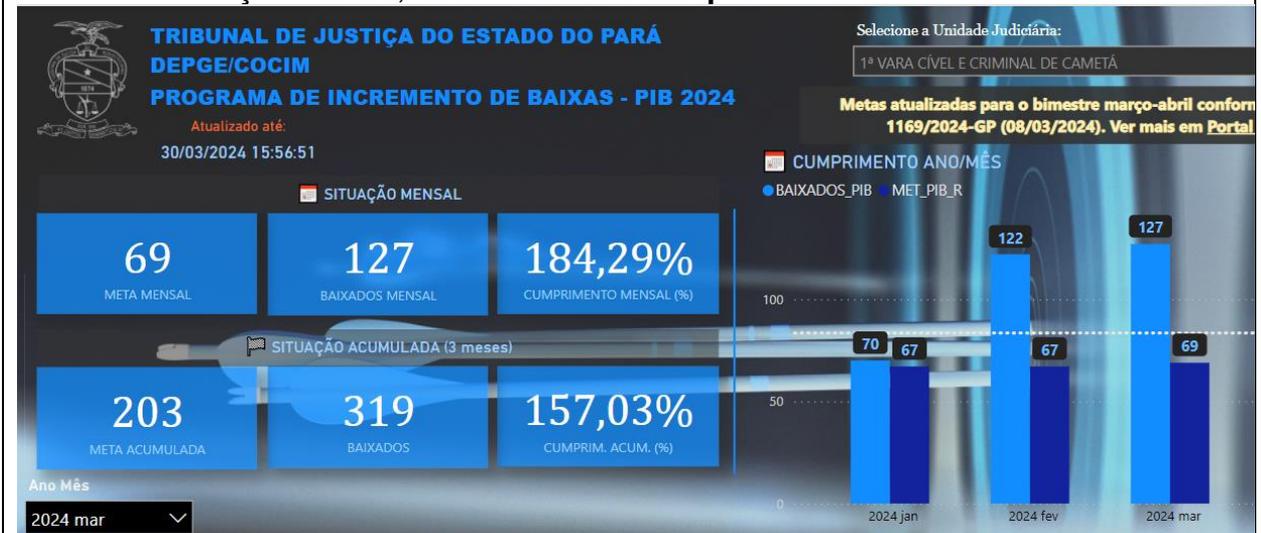
4) Processo nº **0802193-49.2023.814.0012** – Classe: **Procedimentos Investigatórios (não foi feita a correção para a classe de apuração de ato infracional, após a representação do MP) – ESTUPRO** - Despacho id 104915774 – prolatado em **08/12/2023** designando audiência para o dia **22/10/2024**.

5) Processo nº **0800695-83.2021.814.0012** - processo de apuração de ato infracional – **ESTUPRO DE VULNERÁVEL** – Decisão id 28959344 – prolatada em **13/07/2021** designado audiência para **28/02/2023**.

**Observações da CGJ:** Foram verificados processos de prioridade legal (infância e juventude) e de tipos penais graves cuja designação de audiência extrapolou o prazo de 6 meses da data do ato judicial. **RECOMENDA-SE uma readequação da pauta de audiência para que nos processos atinentes à prioridade legal da INFÂNCIA E JUVENTUDE, RÉU PRESO E CRIMES DE NATUREZA GRAVE a data da audiência não ultrapasse 03 meses da data do ato judicial de designação.** Ressaltando que, nos demais casos, a data de audiência **não deverá ser superior a seis meses do ato de designação.**

### 8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

No mês de março de 2024, foram baixados **127 processos**.



### 8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?

Na data da Inspeção havia 05 acolhidos institucionalmente, a saber:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**SNA Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento** CONSELHO DE JUSTIÇA ACOLHIMENTOS

Registro de Acolhimento :: Alertas

Página 1 Resultados 1 a 5 de 5 registros encontrados GERAR ARQUIVO Mostrando 20 registros

Criança	Serviço de Acolhimento	Órgão Julgador	Início do Acolhimento	Tempo de Acolhimento
1 - MAYS DE SOUZA RIBEIRO	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA LAR	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	26/01/2024	2 mês(es) 1 dia(s)
2 - HADASSA VALENTINA GAMA MOIA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA LAR	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	16/02/2024	1 mês(es) 11 dia(s)
3 - PEDRO HENRIQUE	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA LAR	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	16/02/2024	1 mês(es) 11 dia(s)
4 - DIELSON TELES MORAES	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA LAR	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	20/02/2024	1 mês(es) 7 dia(s)
5 - GLEICE CATARINA GAMA MOIA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA LAR	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	23/02/2024	1 mês(es) 4 dia(s)

Nenhuma criança acolhida há mais de 18 meses.

**8.12. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.**

Em consulta ao sistema SNA, na data da Inspeção, havia 06 crianças com **pendência para solução imediata**, a saber:

**SNA Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento** CONSELHO DE JUSTIÇA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nome	Idade	Órgão Julgador	Tempo Após Última Ocorrência	Situação	Número da destituição / entrega voluntária
1 - DAVI FURTADO SILVA	6 ano(s) 7 mês(es) 11 dia(s)	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	5 ano(s) 11 mês(es) 23 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Processo de Destituição Atrasado, Adoção sem conclusão há mais de 240 dias	00047354920188140012
2 - EMANUELE WANZELER RODRIGUES	8 ano(s) 4 mês(es) 23 dia(s)	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	1 ano(s) 8 mês(es) 12 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Processo de Destituição Atrasado, Adoção sem conclusão há mais de 240 dias	08017191520228140012
3 - MARCIO JUNIOR SOUZA FILOCREAO	5 ano(s) 4 mês(es) 22 dia(s)	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	4 ano(s) 2 mês(es) 12 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Adoção sem conclusão há mais de 240 dias	08000517720208140012
4 - MARIA CLARA MORAES PONTES	5 ano(s) 5 mês(es) 8 dia(s)	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	1 mês(es) 0 dia(s)	Não Identificado   Processo de Destituição Atrasado	08031022820228140012
5 - PEDRO HENRIQUE	3 ano(s) 2 mês(es) 24 dia(s)	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	1 mês(es) 12 dia(s)	Acolhido   Documentação não informada há mais de 30 dias	
6 - THALISSON CALDAS WANZELER	1 ano(s) 8 mês(es) 13 dia(s)	1ª VARA CÍVEL DE CAMETÁ	5 dia(s)	Não Identificado	08006654320248140012

**Observações da CGJ: RECOMENDA-SE** ao magistrado que regularize as pendências processuais apontadas pelo SNA e simultaneamente realize a devida **ATUALIZAÇÃO** das informações no Sistema Nacional de Adoção - SNA – devendo fazer o monitoramento a fim de que não haja mais pendências no referido Sistema. **Resolução 289/2019 do CNJ.**

**8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.**

Conforme planilha do acervo ativo, extraída do Gestão Judiciária, na data da Inspeção havia **02 processos de adoção c/c DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR tramitando há mais de 120 dias**, quais sejam:

Nº DO PROCESSO	ANO DE	SITUAÇÃO	SISTEM	IDCLAS	CLASSE
08001974920228140077	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Família
08031022820228140012	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Família



❖ **Observações da CGJ: Orientações e Recomendação da Corregedoria:**

**RECOMENDA-SE:** **prioridade** na tramitação dos **processos de destituição familiar** a fim de que não extrapolem o prazo legal de 120 dias para conclusão, nos termos do **Art. 163, do ECA**, devendo o magistrado realizar reuniões periódicas com a equipe técnica e rede de apoio da infância no intuito de alinhar fluxos e buscar celeridade no andamento dos feitos dessa natureza.

**8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.**

Conforme planilha do acervo ativo, extraída do Gestão Judiciária, na data da Inspeção havia **04 processos de adoção tramitando há mais de 240 dias**, quais sejam:

Nº DO PROCESSO	ANO DI	SITUAÇÃO	SISTEM	IDCLAS	CLASSE
08001974920228140077	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Família
08031022820228140012	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Família
08000517720208140012	2020	EM ANDAMENTO	PJE1G	1401	ADOÇÃO
00047354920188140012	2018	EM ANDAMENTO	PJE1G	1401	ADOÇÃO

**Observações da CGJ: RECOMENDA-SE prioridade** na tramitação dos **processos de ADOÇÃO** a fim de que não extrapolem o **prazo máximo de 240 dias** para conclusão da adoção, nos termos do **Art. 47, §10, do ECA**, devendo o magistrado realizar reuniões periódicas com a equipe técnica e rede de apoio da infância no intuito de alinhar fluxos e buscar celeridade no andamento dos feitos dessa natureza.

**8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?**

A unidade informou não haver nenhum caso de comunicação expedida à CEJAI, uma vez que não houve casos de criança disponível para adoção internacional.

**Observações da CGJ: RECOMENDA-SE** que, após esgotadas as buscas de pretendentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional, antes de realizar a busca ativa no SNA, seja expedida comunicação à CEJAI para busca de pretendentes internacionais. **Resolução 289 do CNJ (ANEXO I - Art. 8º).**

**8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.**

Na data da Inspeção **não havia adolescente internado provisoriamente**. Porém, informou que quando há adolescente em internação provisória os prazos são controlados através de uma planilha a cargo de um servidor específico para controlar os prazos.

**CRIMINAL:**

**9. ROTINA CRIMINAL**

**9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a. (Sim) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (Sim) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (Sim) Movimentação processual;
- d. (Sim) Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. (Sim) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. (Sim) controle dos prazos e imediata certificação;
- h. (Sim) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. (Sim) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”.

**9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo?** *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Informou que os procedimentos investigatórios iniciais são verificados no momento da análise dos agrupadores.

**9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”?** *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

De forma presencial, através do balcão virtual e whats app no número (91) 98446-7987, sendo que tem um servidor exclusivo para averiguar as solicitações.

**9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)?** *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

Informações da unidade: 44 processos envolvendo presos provisórios. O controle dos processos envolvendo presos provisórios é realizado através de etiquetas e planilhas analisadas diariamente por servidores exclusivos para tal tarefa.

**Observação da CGJ:** Na data da inspeção, o sistema **BNMP** apontava **44 presos provisórios**, refletindo os dados informados pela unidade e contidos na lista de presos provisórios disponibilizada pela secretaria (ANEXO).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Porém, consultando o PJe da unidade judiciária havia apenas **06 processos com a etiqueta “preso provisório”**. Dessa forma **RECOMENDA-SE** que sejam etiquetados corretamente os processos no PJE de forma que esteja em acordo com as informações do BNMP.

Foram analisadas todas as etiquetas de processos de presos, e verificou-se as seguintes etiquetas:

1. Etiqueta **ACUSADO PRESO** – 01 processo (julgado)

2. Etiqueta **PRESO POR OUTRO PROCESSO** – 01 processo (julgado)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

### 3. Etiqueta PRESO PROVISÓRIO – 6 processos

**PJe**

ETIQUETAS

Encontrados 6 processos.

presos

ACUSADO PRESO

PRESO POR OUTRO PROCESSO

**PRESO PROVISÓRIO**

RÉU PRESO

**APOrd 0004951-44.2017.8.14.0012**  
**Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
/ 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá / Juiz de Direito Titular  
MINISTERIO PUBLICO DO PARA X MAYCON DE JESUS GAIA FARIAS  
**ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:** REMETIDOS OS AUTOS (EM GRAU DE RECURSO)  
**[D] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO x [D] TRÁFICO DE DR**

**AuPrFI 0800789-26.2024.8.14.0012**  
**Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
/ 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá / Juiz de Direito Titular  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CAMETA X JOBSON MENDES VERGOLINO  
**ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:** JUNTADA DE CERTIDÃO  
**PRESO PROVISÓRIO x**

### 4. Etiqueta RÉU PRESO – 94 processos

**PJe**

ETIQUETAS

Encontrados 94 processos.

presos

ACUSADO PRESO

PRESO POR OUTRO PROCESSO

PRESO PROVISÓRIO

**RÉU PRESO**

RÉU PRESO

valdinei/rafael/jaci(presos+resp.acusacao)

**APOrd 0800501-49.2022**  
**Associação para a Prod**  
/ 1ª Vara Cível e Criminal de ( POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PA  
**ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:** AF  
**RÉU PRESO x**

**APOrd 0004702-93.2017**  
**Roubo**  
/ 1ª Vara Cível e Criminal de ( AUTOR MINISTERIO PUBLICO DC  
**ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:** AF  
**JULGADO x RÉU PRESO**

**APOrd 0002903-10.2020**  
**Roubo Majorado**  
/ 1ª Vara Cível e Criminal de (

### 5. Etiqueta RÉU PRESO (duplicidade) – 59 processos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**OBS CGJ 2.:** Por ocasião da inspeção, foram identificadas 23 páginas de etiquetas no PJE. Algumas em duplicidade ou com finalidade idêntica, ainda que com nomes distintos, e outras que já haviam perdido a finalidade, como por exemplo com data de prazo vencido.

Durante a Inspeção, foi realizado workshop com a técnica de informática da Corregedoria, para demonstrar a extensão do PJE+ e as automações possíveis do sistema, dentre elas a que facilita a criação e exclusão de etiquetas, inclusive com a possibilidade de unificação das etiquetas idênticas ou com nomes parecidos para mesma finalidade.

RECOMENDA-SE que a unidade realize o saneamento, excluindo as etiquetas sem finalidade e unificando as etiquetas em duplicidade ou com a mesma finalidade, bem como que seja feito um glossário das etiquetas do Gabinete e da Secretaria.

**9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)**

Na data da Inspeção, havia **17 processos** envolvendo presos provisórios tramitando há mais de 180 dias, conforme planilha de presos provisórios apresentada à Corregedoria pelo Diretor de Secretaria.

Por amostragem, foram analisados os processos nº **0004654-42.2014.814.0012** (aguardando designação de júri – tramitando há mais de 600 dias), **0800624-13.2023.8.14.0012** (com júri marcado para dia 27.07.2024 – tramitando mais de 400 dias), **0800247-42.2023.8.14.0012** (com júri marcado para dia 18.06.2024 - tramitando mais de 400 dias), o qual tramita a mais de 180 dias.

**OBS CGJ:** Diante da análise dos processos por amostragem, este censório **determina**



**que o magistrado preste informações, no prazo de 05 dias**, acerca das razões de morosidade no julgamento dos referidos processos.

Ademais, o magistrado deverá adotar todas as providências necessárias para ultimar o julgamento dos processos de preso provisório que estão em tramitação há mais de 180 dias, inclusive ajustando a pauta de audiências para priorizar os processos nessa condição.

**9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento?** *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

O Magistrado informou que o trâmite processual tem uma duração, em regra, de 180 dias e que o controle é feito pela planilha de presos provisórios e etiquetas no PJE.

**OBS CGJ.:** A partir da contagem do número de dias em que a pessoa está presa, verificou-se que dos 44 presos provisórios constantes da lista fornecida pela Secretaria (ANEXO), **17 estão PRESOS há mais de 180 dias**. Além disso, 06 estão prestes a atingir 180 dias de prisão. **Dessa forma, determina que O MAGISTRADO DEVE COMUNICAR À ESTA CORREGEDORIA EM 30 (TRINTA) DIAS sobre o julgamento de todos os processos os processos envolvendo presos provisórios que já tenham ultrapassado 180 dias de tramitação, empreendendo celeridade aos demais para que não ultrapassem os 180 dias de tramitação.**

**9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?** *(Anexar cópia do último relatório)*

Unidade de Custódia e Reinserção – UCR/ Cametá. O Juiz tem realizado inspeções mensalmente e inserido o relatório sobre as condições do estabelecimento no CNIEP, conforme documento 02 anexo.

## **10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:**

**10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)?** – *(Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

A unidade informou realizar diariamente alimentação e controle dos dados do BNMP, ao analisar as decisões e a planilha de presos provisórios e definitivos, oportunidade em que realiza o saneamento de inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual).

**Observação da CGJ:** Durante a Inspeção, a equipe da Corregedoria orientou a servidora Maria Estela, responsável por alimentar o BNMP, acerca de como realizar a



correta alimentação do sistema e sanar as inconsistências ocorridas.

**10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

A unidade encaminhou a lista de **Réus Presos Condenados (ANEXO)**, a partir da qual a CGJ analisou os seguintes processos criminais, por amostragem:

- 1) **0000645-13.2009.8.14.0012 – não consta guia de execução nos autos do PJE – foi interposta pelo advogado do réu a petição (id 88783838) requerendo expedição e remessa de guia de recolhimento definitiva em 14/03/2023, porém não há expedição da guia até a presente data;**
- 2) **0800995-11.2022.8.14.0012 – Sentença id 77991441 - não consta guia de execução nos autos do PJE;**
- 3) **0800655-04.2021.8.14.0012 – Sentença id 34919671 (21/09/2021) – não foi localizado nos autos eletrônicos do PJe a guia de execução provisória, em que pese a sentença tenha determinado a expedição da guia em 5 dias;**
- 4) **0801666-34.2022.8.14.0012 – sentença id 110171303 (05/03/2024) – não há guia de execução provisória nos autos do PJe, em que pese haja determinação nesse sentido na sentença.**

**OBS CGJ.:** Diante do que foi apurado durante a Inspeção, determino ao MAGISTRADO que preste informações no prazo de 05 dias quanto aos processos acima epigrafados, devendo de imediato expedir as competentes guias de execução, seja provisória ou definitiva, conforme cada caso.

Ressalta-se que os processos envolvendo réus presos são prioridade, portanto, RECOMENDA-SE que a Unidade cumpra a Resolução nº 113/2010, com a expedição da guia de recolhimento dos réus presos no prazo estipulado de 5 (cinco) dias.

**10.3. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?**

A unidade realiza a consulta antes do magistrado expedir o Alvará de soltura. Logo em seguida o documento é encaminhado para a central de Alvará da SEAP, que realiza a triagem / consultas e só libera o interno caso não constem pendências. O juiz sempre faz constar nas decisões de que o preso só deverá ser posto em liberdade, caso não tenha que permanecer custodiado por outro processo. Tal medida tem como finalidade evitar que o preso seja posto em liberdade mesmo estando com outras ordens de prisões.

**10.4. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(iza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?**

Informou que até a presente data o magistrado ainda não se deparou com situação dessa natureza, todos os alvarás são cumpridos. Porém, caso venha acontecer, o magistrado fez constar que comunicará o fato à CGJ, ao juízo deprecado e ao MP.

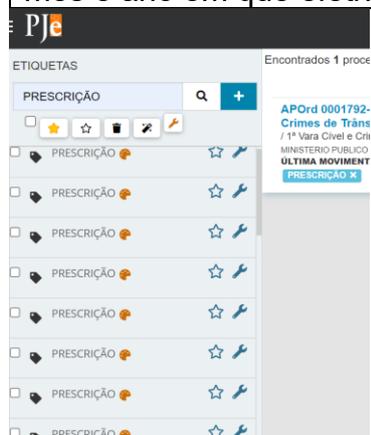


## 11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

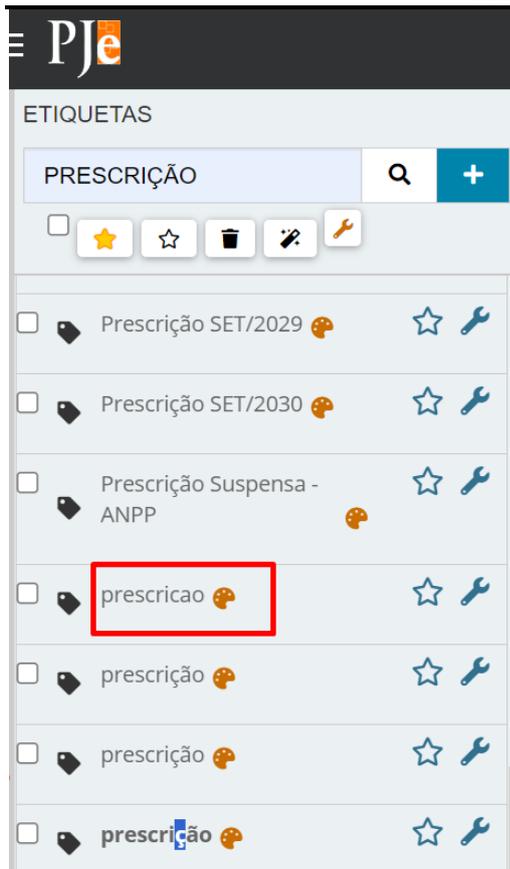
11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Unidade informou última verificação em 27/03/2024.

**Observação da CGJ:** Foram encontradas 10 etiquetas “PRESCRIÇÃO” e 04 etiquetas “prescrição”. O Diretor de Secretaria deverá **providenciar a unificação das referidas etiquetas, de modo que exista apenas** uma com esse nome e finalidade. Ademais, as etiquetas de PRESCRIÇÃO para um efetivo controle de prazos deverá ressaltar o mês e ano em que efetivamente ocorrerá a prescrição.



10 etiquetas “PRESCRIÇÃO”



**11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos ,a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)**

Informou que a última verificação foi realizada em 27/03/2024.

**12. EXECUÇÃO PENAL:**

*(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)*

**12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:**

Data do preenchimento dos dados: 01 / 04 / 2024

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e Medidas Alternativas
Total de Execuções Ativas:	214	11
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	Nenhuma	Nenhuma
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	Nenhuma	Nenhuma
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	Nenhuma	Nenhuma
Análise de juntada – processos aguardando	01	Nenhuma



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

recebimento no Distribuidor		
Processos com pendência de implantação*	Nenhuma	Nenhuma
Processos com inconsistências*	Nenhuma	Nenhuma
Total de processos conclusos	07	Nenhum
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	Nenhum	Nenhum

**\*Corregedoria Geral:** \*Informações a serem solicitadas à Secretaria de Informática do TJPA (servidor Yan Yuri)

**INCIDENTES DE PROGRESSÃO DE REGIME VENCIDOS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU)**

TIPO INCIDENTE	processo	DATA PENDÊNCIA	
Progressão para Aberto	00015948520198140012	15/12/2023	v
Progressão para Aberto	00105318920168140012	29/03/2024	v
Progressão para Semiaberto	00002815520208140012	04/10/2023	v
Progressão para Semiaberto	00015410720178140067	12/08/2023	v
Progressão para Semiaberto	00054566420198140012	27/03/2024	v
Progressão para Semiaberto	00077145420138140401	01/06/2023	v
<b>Total</b>			

**OBS CGJ.: O DIRETOR DE SECRETARIA DEVERÁ REGULARIZAR AS PENDÊNCIAS APONTADAS NO SEEU E INFORMAR À CGJ NO PRAZO DE 05 DIAS.**

**12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?**

Atualmente, a Vara possui 214 apenados, sendo 41 do regime fechado, 08 de regime semiaberto e 165 do regime aberto.

**12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento**

José Lomas de Ribamar, Fábio Luciano Assunção Martins e Misael Braga Caldas, todos estão com as guias devidamente expedidas.

**12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial**

Não há custodiado sob medida de segurança.

**12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

Paulo de Jesus Marques de Brito. A equipe da CGJ verificou que ele se encontra com atestado de pena a cumprir de acordo com o art. 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ.

**13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRM B? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRM B – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)**

Sim. As audiências de custódia respeitam o prazo de 24 horas.

**13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?**

22/03/2024.

**13.3. Perfil da pauta:**

**a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?**

40 audiências.

**b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?**

Conforme planilha de presos provisórios anexa, a audiência mais distante de pessoa presa está designada para 12/06/2024.

0800051-38.2024.814.0012	V. Domestica	flag	UCRCA M	08/01/2024	Audiência 12/06/2024 às 09:00 hs
--------------------------	--------------	------	------------	------------	-------------------------------------

**14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:**

**14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?**

07 sessões.

**14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?**

04 realizadas, nenhuma redesignada.

**14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.**

Conforme informações da unidade e verificação por amostragem no PJE, não havia processo aguardando designação de sessão júri. Porém havia duas sessões de júri designadas:

0803004-43.2022.814.0012	H. qualificado	PP	UCR IV	05/12/2022	Sessão do Juri 03/04/2024 às 08:30 hs
0003832-77.2019.814.0012	H. qualificado	PP	UCR IV	29/03/2023	Sessão do júri 21/05/2024 às 08:30 hs

Além de agenda reservada para futuras designações.

**15. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.**

A última correção anual foi realizada no período de 22-01-2024 a 26-01-2024 e tramita no PJECOR com o nº 0000398-17.2024.2.00.0814.



## **15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?**

Em relação à correição ordinária referente ao ano 2022 restaram pendentes às seguintes recomendações: sanear os agrupadores do PJE, regularizar as subcontas sem movimentação processual há mais de três anos, controlar os prazos prescricionais, revisão periódica dos processos suspensos pelo art. 366 do Código de Processo Penal, aprimorar o controle de processos por meio de etiquetas.

**OBS. CGJ:** O magistrado deverá adotar as providências necessárias para cumprimento das recomendações, cujas informações devem ser prestadas nos autos de Correição Ordinária referente ao ano 2023 (0000398-17.2024.2.00.0814).

## **16. OUTRAS OBSERVAÇÕES CGJ:**

1. Setor Social de Cametá presta serviço para limoeiro – assumiram o setor com muitos estudos atrasados – atualmente são duas servidoras (uma psicóloga e uma assistente social).
2. O Setor Social não solicita prorrogação de prazo nos autos. Foi recomendado às técnicas que, em caso de necessidade de um tempo maior para realização do estudo seja feito o pedido fundamentado à autoridade judiciária, nos autos do processo (PJe) para evitar a extrapolação do prazo e que o processo fique paralisado há mais de cem dias.
3. A juíza corregedora solicitou que seja designado servidor na Secretaria para cuidar dos processos da infância e juventude, tendo em vista a prioridade absoluta e que foram encontrados processos atrasados de adoção e destituição do poder familiar, bem como audiências designadas para mais de seis meses do ato judicial.
4. Custas – relatório de pós fiscalização – o diretor de secretaria recebeu o relatório de pós fiscalização e informou que se referem aos processos migrados para 2ª vara após redefinição de competências e outros são processos arquivados – a juíza corregedora determinou que fossem adotadas as providências devidas.
5. Processos com valores sem movimentação – a equipe foi orientada a não arquivar processos com dinheiro em conta.
6. Audiência – devem ser designadas pelo gabinete – no caso de réu preso o mandado é urgente – quando for réu solto deverá obedecer ao prazo de 40 dias do Provimento 009/2019. A equipe da Corregedoria orientou a unidade quanto a necessidade de cumprir os prazos do provimento e da classificação dos mandados (urgente, plantão, ordinário) mediante decisão fundamentada da autoridade judicial.
7. Boa prática: a secretaria já utiliza as intimações via whatsapp e/ou por ligação e intima a parte a comparecer – normalmente as partes comparecem e o ato é realizado, suprimindo a intimação por oficial de justiça.
8. Atualmente a comarca possui 4 oficiais de justiça, porém 02 ingressaram recentemente – durante muitos anos ficaram somente 02 oficiais e um deles frequentemente saía de licença médica, o que acarretou um grande número de mandados com prazo extrapolado.
9. Os oficiais reclamaram de receber muitos mandados com endereços distantes e após reunião com a CGJ apresentaram a ideia de realizar o zoneamento e fazer rodízio entre os oficiais de justiça – obedecendo o prazo de distribuição e se comprometendo a realizar o controle de prazo para não extrapolar o mandado. O servidor da central de mandados se comprometeu a fazer o zoneamento e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

apresentar à Direção do Fórum.

10. Foi verificado que **a unidade já realizou a triagem dos processos listados no PAPJ, separando os processos prontos para julgamento dos que ainda estão na fase de saneamento e dando prioridade para realizar os atos de instrução nestes processos.**

11. A CGJ observou uma **boa comunicação entre gabinete e secretaria.**

12. Processos de execução penal – execução de multa – não possibilidade de pagamento por insuficiência financeira – processo vai pro MP e não vem com manifestação p dispensar a multa, os processos acabam ficando paralisados. Necessidade de análise judicial sob o caso.

13. Foram encontrados atos ordinatórios e certidões nos processos para encaminhar para vistas ao MP, conclusos. Considerando o processo eletrônico, a CGJ refletiu sobre a necessidade de expedição de tais atos.

14. Foram identificados processos com certidão aguardando realização de audiência para que não figurem na lista dos processos paralisados. A CGJ advertiu a Secretaria que tais atos **não refletem a regular movimentação do processo e não devem ser realizados.**

15. Foi verificado que em vários processos há uma demora do MP na manifestação, perde prazo ou a secretaria precisa certificar o motivo da remessa, pois caso contrário o processo é devolvido sem manifestação. A juíza corregedora sugeriu uma conversa institucional para tratar a demanda.

**Cametá, data da assinatura eletrônica.**

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA  
COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE  
SOUZA COSTA:4596  
Dados: 2024.04.30 15:19:53 -03'00'

**SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**  
**Juíza Auxiliar da Corregedoria**

**TIARA GUEDES AIRES**  
**Analista Judiciário da CGJ**

**Leituras obrigatórias:**

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEPA, de 01.06.2023** (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXOS

Documento 01 – Plano de ação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAMETÁ  
PLANO DE AÇÃO DATADO DO DIA 27/03/2024

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAMETÁ/PA**

<b>1. O quê</b>	<b>ESFORÇO CONCENTRADO PARA ATINGIR O PERCENTUAL DE JULGAMENTO ACIMA DE 80% DO ACERVO DISTRIBUÍDO ATÉ 31/12/2021</b>			
<b>2. Período</b>	01/04/2024 a 10/07/2024.			
<b>3. Por que</b> Objetivo do trabalho	1. Dar andamento processual aos processos antigos (distribuídos até 31/12/2021) seguindo DETERMINAÇÃO DA DOUTA CGJ.			
<b>4. Magistrado</b> Nome do gestor	Dr. Márcio Campos Barroso Rebello			
<b>5. Unidade Judiciária</b> Área(s) responsável (is) pela execução	1ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Cametá/PA			
	<b>Atividade/Ação</b>	<b>Data</b>	<b>Área responsável</b>	<b>Nome do responsável</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAMETÁ  
PLANO DE AÇÃO DATADO DO DIA 27/03/2024

<b>6. Como</b> Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	<p>1. Cada servidor lotado em gabinete, deverá fazer no mínimo 6 sentenças por semana.</p> <p>2. Cada servidor deverá apresentar o número de minutas ao Magistrado nos dias 30/04, 30/05 e 30/06 e 15/07/2024, respectivamente.</p>	01/04/2024 a 10/07/2024	Gabinete da 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá	Roberta Freitas Nicolau; Cássio Egon Rodrigues Itaparica; Diana Carla Cristovão de Almeida e Giovana Macedo.
---	---	-------------------------------	---	--

Márcio Campos Barroso Rebello  
Juiz de Direito

Titular da 1ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Cametá



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Documento 02 – Relatório de Inspeção UCR/ Cametá.



Recibo de cadastro de inspeção

PASSO 1

Dados gerais de cadastro	
Responsável	USU51A5FCC5728B2
Data da Informação	19/03/2024
Mês/Ano referência	Março / 2024
Orgão	CAMETA
Estabelecimento	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE CAMETÁ

PASSO 2

Administração do estabelecimento	
<b>Informatização</b>	
Quantidade de computadores	11
Acesso à internet?	Sim
Alimentação do INFOPEN	ADEQUADA
<b>Gestão</b>	
Pública	Não
Parceria Pública-Privada	Sim
Método APAC?	Não
<b>Pessoal</b>	
Terceirização parcial?	Não
Terceirização total?	Não
Voluntariado?	Não
Quantidade de agentes penitenciários	0

PASSO 3

Dados gerais da inspeção	
Estabelecimento destinado a presos do sexo masculino?	Sim
Estabelecimento destinado a presos do sexo feminino?	Não
Estabelecimento para presos provisórios?	Não
Estabelecimento para cumprimento de pena?	Não
Estabelecimento para tratamento de saúde?	Não
<b>Tratando-se de estabelecimento para cumprimento de pena, destina-se a:</b>	
Regime Fechado	Sim
Regime Semiaberto	Não
Regime Aberto	Não



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Recibo de cadastro de inspeção

PASSO 4

Quantitativos		
Situação do Estabelecimento Penal	Feminino	Masculino
Capacidade projetada	0	64
Lotação atual	0	77
Capacidade para presos em celas de proteção	0	10
Capacidade para presos em cumprimento de RDD	0	0
Quantidade de vagas oferecidas para trabalho interno	0	30
Quantidade de vagas oferecidas para trabalho externo	0	0
Quantidade de vagas oferecidas para estudo na unidade	0	34
<b>Quantitativos de presos/internos na data da inspeção</b>		
Presos provisórios	0	31
Presos Estrangeiros	0	0
Presos Indígenas	0	0
Presos em cumprimento de pena no regime fechado	0	77
Presos em cumprimento de pena no regime semiaberto	0	0
Presos em cumprimento de pena no regime aberto	0	0
Presos em razão de prisão civil decretada	0	0
Internos em cumprimento de medida de segurança	0	0
Presas Gestantes	0	
<b>Situação dos presos no estabelecimento</b>		
Quantidade de presos em medida disciplinar	0	0
Quantidade de presos em celas de proteção	0	0
Quantidade de presos em cumprimento de Regime Disciplinar Diferenciado	0	0
Quantidade de presos em regime fechado em trabalho interno	0	0
Quantidade de presos em regime semiaberto em trabalho interno	0	0
Quantidade de presos em regime semiaberto em trabalho externo	0	0
Quantidade de presos em regime aberto em trabalho externo	0	0
Quantidade de presos em estudo interno	0	0
Quantidade de presos em estudo externo	0	0
Quantidade de presos em regime semiaberto aguardando vaga p/ trabalho externo	0	0
Quantidade de presos em regime aberto aguardando vaga p/ trabalho externo	0	0

PASSO 5

Estrutura complementar



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

## Formulário de Inspeção

### PASSO 1

Dados gerais de cadastro	
Mês / Ano referência:	MARÇO 2024
Tribunal:	
Comarca / Seção Judiciária:	
Estabelecimento:	MASCULINO

### PASSO 2

Administração do estabelecimento	
Autoridade administrativa responsável pelo estabelecimento penal	
Nome:	CELESTENO JUNIOR XAVIER ALVES
CPF:	749.711.321-72
Área de formação:	<input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Segurança <input checked="" type="checkbox"/> Serviços Sociais <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Medicina <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Não possui
Informatização	
Quantidade de computadores	
Acesso à internet?	
Alimentação do INFOPEN	<input checked="" type="checkbox"/> Adequada <input type="checkbox"/> Inadequada <input type="checkbox"/> Não realizada
Gestão	
Pública	<input type="checkbox"/>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Parceria Pública-Privada	<input checked="" type="checkbox"/>
Método APAC?	<input type="checkbox"/>
Pessoal	
Terceirização parcial?	<input type="checkbox"/>
Terceirização total?	<input type="checkbox"/>
Voluntariado?	<input type="checkbox"/>
Quantidade de agentes penitenciários?	

PASSO 3

Dados gerais da inspeção (Assinale em caso de resposta afirmativa) Considera-se destinação do estabelecimento o fim para o qual foi projetado	
Estabelecimento destinado a presos do sexo masculino	<input checked="" type="checkbox"/>
Estabelecimento destinado a presos do sexo feminino	<input type="checkbox"/>
Estabelecimento para presos provisórios	<input type="checkbox"/>
Estabelecimento para cumprimento de pena	<input type="checkbox"/>
Estabelecimento para tratamento de saúde	<input type="checkbox"/>
Tratando-se de estabelecimento para cumprimento de pena, destina-se a:	
Regime Fechado	<input checked="" type="checkbox"/>
Regime Semiaberto	<input type="checkbox"/>
Regime Aberto	<input type="checkbox"/>

PASSO 4

Quantitativos		
Situação do Estabelecimento Penal	FEMININO	MASCULINO
Capacidade projetada		64
Lotação atual		77
Capacidade para presos em celas de proteção		10
Capacidade para presos em cumprimento de RDD		00
Quantidade de vagas oferecidas para trabalho interno		30
Quantidade de vagas oferecidas para trabalho externo		00
Quantidade de vagas oferecidas para estudo na unidade		34

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Quantitativos de presos/internos na data da inspeção		
Presos Provisórios – aqueles sem sentença penal condenatória com expedição de guia de execução, ainda que seja uma de execução provisória		31
Presos Estrangeiros		00
Presos Indígenas		00
Presos em cumprimento de pena no regime fechado		77
Presos em cumprimento de pena no regime semiaberto		00
Presos em cumprimento de pena no regime aberto		00
Presos em razão de prisão civil decretada		00
Internos em cumprimento de medida de segurança		00
Presas Gestantes		00
Situação dos presos no estabelecimento		
Quantidade de presos em medida disciplinar		00
Quantidade de presos em celas de proteção		00
Quantidade de presos em cumprimento de Regime Disciplinar Diferenciado		00
Quantidade de presos em regime fechado em trabalho interno		00
Quantidade de presos em regime semiaberto em trabalho interno		00
Quantidade de presos em regime semiaberto em trabalho externo		00
Quantidade de presos em regime aberto em trabalho externo		00
Quantidade de presos em estudo interno		00
Quantidade de presos em estudo externo		00
Quantidade de presos em regime semiaberto aguardando vaga p/ trabalho externo		00
Quantidade de presos em regime aberto aguardando vaga p/ trabalho externo		00

PASSO 5

Estrutura complementar (Assinale as estruturas existentes)	
Área destinada para visita familiar?	<input checked="" type="checkbox"/>
Áreas de banho de sol?	<input checked="" type="checkbox"/>
Biblioteca?	<input checked="" type="checkbox"/>
Espaço para prática esportiva?	<input type="checkbox"/>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gabinetes odontológicos?	<input type="checkbox"/>
Local apropriado para assistência religiosa?	<input type="checkbox"/>
Local de visitação íntima?	<input type="checkbox"/>
Oficinas de trabalho?	<input type="checkbox"/>
Sala de entrevista com advogado?	<input checked="" type="checkbox"/>
Salas de aula?	<input checked="" type="checkbox"/>
Aparelho p/ bloqueio de celular?	<input type="checkbox"/>
Detector de metais?	<input type="checkbox"/>

PASSO 6

Direitos (Assinale em caso de resposta afirmativa)	
Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade e ao sexo dos apenados nos termos do art. 5º, XLVIII, da Constituição da República e art. 82, § 1º, da Lei 7.210/84?	<input type="checkbox"/>
O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil	<input type="checkbox"/>
Número de vagas	
Quantidade de crianças	
O preso provisório fica separado do condenado por sentença transitada em julgado (art. 84, Lei 7.210/84)?	<input type="checkbox"/>
O preso primário fica separado do reincidente (art. 84, § 2º, Lei 7.210/84)?	<input type="checkbox"/>
É assegurado o direito de visita?	<input type="checkbox"/>
É assegurado o direito de visitas íntimas?	<input type="checkbox"/>
Há adolescentes na unidade?	<input type="checkbox"/>
Quantidade de adolescentes em internação provisória	
Quantidade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	
Há prestação de Assistência:	
<input type="checkbox"/> Material <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Jurídica <input type="checkbox"/> Educacional <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Religiosa	

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PASSO 7

Avaliação do Juiz responsável e registros de ocorrências no estabelecimento	
Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?	00
Quantidade de aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos	00
Quantidade de mortes naturais	00
Quantidade de mortes acidentais por homicídio	00
Quantidade de mortes por suicídio	00
Quantidade de fugas	00
Quantidade de rebeliões	00

Condições do estabelecimento penal:	<input type="checkbox"/> Péssimas
	<input type="checkbox"/> Ruins
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulares
	<input type="checkbox"/> Boas
	<input type="checkbox"/> Excelentes

Considerações do Juiz responsável pela inspeção	Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento
	<p style="text-align: center;"> Celestino Junior Xavier Alves DIRETOR / UCR-CAMETÁ : SEAP MAT.: 6954890</p>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Recibo de cadastro de inspeção

Aparelho p/ bloqueio de celular?	Não
Área destinada para visita familiar?	Sim
Áreas de banho de sol?	Sim
Biblioteca?	Sim
Detector de metais?	Não
Enfermaria?	Não
Espaço para prática esportiva?	Não
Gabinetes odontológicos?	Não
Local apropriado para assistência religiosa?	Não
Local de visitação íntima?	Não
Oficinas de trabalho?	Não
Sala de entrevista com advogado?	Sim
Salas de aula?	Sim

PASSO 6

Direitos	
Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade e ao sexo...?	Não
O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil?	Não
Número de vagas	0
Quantidade de crianças	0
O preso provisório fica separado do cond. por sentença trans. em julgado?	Não
O preso primário fica separado do reincidente?	Não
É assegurado o direito de visita?	Não
Há adolescentes na unidade?	Não
Quantidade de adolescentes em internação provisória	0
Quantidade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	0
É assegurado o direito de visitas íntimas?	Não
Há prestação de Assistência: Material?	Sim
Há prestação de Assistência: Saúde?	Sim
Há prestação de Assistência: Jurídica?	Sim
Há prestação de Assistência: Educacional?	Sim
Há prestação de Assistência: Social?	Sim
Há prestação de Assistência: Religiosa?	Sim

PASSO 7



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Recibo de cadastro de inspeção

Avaliação do Juiz responsável e registros de ocorrências no estabelecimento	
Encontradas armas de fogo ou instr. capazes de ofender a integridade física?	Não
Quantidade de aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos	0
Quantidade de mortes naturais	0
Quantidade de mortes acidentais por homicídio	0
Quantidade de mortes por suicídio	0
Quantidade de fugas	0
Quantidade de rebeliões	0
Quantidade de presos evadidos	0
Quantidade de saídas autorizadas	0
Condições do estabelecimento penal	REGULARES
Considerações do Juiz responsável pela inspeção	
Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento	